

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Jenny Sousa, Catarina Mangas
(Coordenadoras)

**INCLUSÃO
SOCIOCULTURAL
E INTERVENÇÃO
COMUNITÁRIA**

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

COORDENAÇÃO

Jenny Sousa, ESECS, CICS.NOVA.IPLeiria, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal,
Ciência ID – D718-1B53-F947; ORCID ID 0000-0003-1626-6746
Catarina Mangas, CICS.NOVA.IPLeiria, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal,
Ciência ID – 0C17-9C71-90B7; ORCID ID 0000-0003-0843-5861
Todos os direitos reservados

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Avenida Emídio Navarro, 81, 3D
3000-151 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO CIENTÍFICA

Esta edição foi sujeita a revisão científica por pares:

Carla Sofia Costa Freire – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Cláudia Martins – Instituto Politécnico de Bragança, Portugal • Dina Soeiro – Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal • Filipe Alexandre da Silva Santos – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Jaime Emanuel Moreira Ribeiro – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Joana Sousa – Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal • Luísa Maria Gaspar Pimentel – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Maria Paz López Teulón - Universidade de Lleida, Espanha • Paula Cristina Cinza Santos Leal Ferreira – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Rui Fonte – Universidade de Trás-os-Montes, Portugal • Sara Mónico Lopes – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Sílvia Parreiral – Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal • Susana Isabel da Cunha Sardinha Monteiro – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PAGINAÇÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

DPS – DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA

DEPÓSITO LEGAL

506321/22

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es). Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Inclusão sociocultural e intervenção comunitária / coord. Catarina Mangas, Jenny Sousa
ISBN 978-989-40-0844-6

I – SOUSA, Jenny
II – MANGAS, Catarina

CDU 334

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Jenny Sousa, Catarina Mangas
(Coordenadoras)

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
<i>Jenny Sousa; Catarina Mangas</i>	
TECENDO REDES: CAMINHOS DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM IBERO-AMÉRICA.....	11
<i>Paula Caroline de Oliveira Souza; Itahisa Pérez-Pérez</i>	
PATRIMÓNIO CULTURAL, CRIATIVIDADE E COMUNIDADE. EXPERIÊNCIAS TRANSFORMATIVAS NAS <i>TERRAS DO DEMO</i>	29
<i>Ana Lopes; Norberto Santos; Lúcio Cunha</i>	
O CONTRIBUTO DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA ReCare PARA A INCLUSÃO SOCIAL	47
<i>José Vicente</i>	
INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NUM TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE – O PROJETO ‘ALDEIA SUSTENTÁVEL’	63
<i>Cezarina Santinho Maurício</i>	
A ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA NO RESGASTE DA IDENTIDADE: INCLUSÃO SOCIAL EM CONTEXTOS GERONTOLÓGICOS.....	83
<i>Jenny Sousa</i>	
DERRUBAR MUROS E CONSTRUIR PONTES ENTRE CULTURAS: UM ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIOCULTURAL	97
<i>Ana Fontes; Manuela Sofia Silva</i>	

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NUM TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE – O PROJETO ‘ALDEIA SUSTENTÁVEL’

Cezarina Santinho Maurício

(ESECS-IPLeiria)

Resumo: Portugal encerra fortes assimetrias territoriais, desenhadas a partir década de 50 do século passado, mas que preexistem na atualidade. Apesar de constituírem alvo de atenção no discurso político e nas políticas públicas, o interior continua em desvantagem e com perdas ao nível demográfico, económico e social. Este capítulo apresenta uma experiência de desenvolvimento local, num território de baixa densidade – o projeto ‘Aldeia Sustentável’. De forma concertada e colaborativa, um grupo de eleitos e intervenientes locais decidiram pensar e agir localmente, assumindo a responsabilidade na mudança do seu ambiente de vida e de pertença. O trabalho é desenvolvido com conhecimento e consciência das dificuldades de reverter algumas tendências do seu território, como por exemplo o despovoamento e o envelhecimento demográfico. Tendo presentes os objetivos de “promover a valorização do mundo rural” e “fortalecer os laços sociais entre pessoas”, foram desenhados diferentes eixos de ação. O foco inicial centrou-se no segundo eixo, dedicado à dimensão comunitária e cultural. Foram concretizadas quatro atividades: feiras francas, mostras gastronómicas, oficinas da tradição e animação sociocultural. O balanço da experiência é positivo, estando fundamentado na observação de determinados resultados. Mas a análise crítica identifica, igualmente, fragilidades nesta ação.

Palavras-chave: Território; Baixa densidade demográfica; Ruralidade; Intervenção comunitária

Portugal, um pequeno e desigual país: o confronto entre o litoral e o interior

Uma observação rápida do mapa de Portugal permite constatar a sua localização na Península Ibérica, vinculado de forma estreita (quase umbilical) a Espanha e tendo o extenso oceano Atlântico como o outro ‘vizinho’. Outros aspetos ressaltam desse exercício analítico. É um país de pequena dimensão, mas fortemente assimétrico. Efetivamente, é identificada, por diferentes autores, a presença de desigualdades territoriais, nomeadamente entre o litoral e o interior. Constituíram-se dois polos com marcas diferenciadas e em permanente confrontação.

Como é reconhecido no contexto português, o processo de industrialização e o crescimento urbano foram tardios. Até aos anos 50 do século XX, Portugal caracteriza-se por ser um país fortemente ruralizado, quer em extensão, quer na população dedicada a essa atividade. Segundo Baptista (1996), “em meados deste século, o futuro do país ainda estava aparentemente em debate: industrialização ou agricultura” (p. 49).¹ É a partir desta década que a indústria dá os primeiros passos, solidificando-se na década seguinte. Os exemplos são muitos, como a construção de estradas, barragens, empresas de ferro e cimentos, seguindo-se a indústria transformadora com investimento externo atraído pelos baixos salários. Apesar destas mudanças, Portugal nunca foi um país verdadeiramente industrial. De acordo com Queirós (2013), a agricultura portuguesa deteve, até mais tarde, uma posição relevante enquanto setor estruturante da economia e sociedade. Identifica-se a mesma evolução no que concerne aos espaços urbanos. Lisboa e Porto constituíam a exceção na paisagem urbana, sendo evidente a ausência das cidades de média dimensão.

Mas a década de 60 é, igualmente, reconhecida pela saída em massa de portugueses para a Europa. Na verdade, mesmo antes da sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE), os portugueses escolheram

¹ Relembramos o movimento sazonal de beirões para os campos do Alentejo. Os ‘ratinhos’ eram trabalhadores sazonais que se deslocavam em ranchos para realizar as ceifas ou outros trabalhos agrícolas. A designação de ‘ratinho’ é encontrada desde o século XVII em Livros de Correspondência Militar (Almeida, 2002). Urbano Tavares Rodrigues foi um dos autores que retratou essa realidade, na obra *O Monte das Rosas*.

(legal e ilegalmente) os países europeus como entidades de acolhimento. Foram muitos os que realizaram essa aventura, principalmente assalariados rurais, caseiros e pequenos agricultores. Resolvem dar o salto e lutar por melhores condições de vida. A Guerra Colonial em África também contribuiu para esta ‘fuga’. Nas aldeias e campos ficam os mais velhos, as crianças e mulheres, não esquecendo os terrenos por cultivar. Baptista (1996) refere que na primeira metade dos anos 70 a superfície semeada no continente baixou 23% relativamente à década anterior e em 1985/88 a quebra aumentou para 45% (p. 53). No período compreendido entre 1989 e 1999 a população agrícola familiar diminuiu 37.5%, e 36% entre 1999 e 2009 (Queirós, 2013). Segundo este último autor, os dados dos Censos de 2011 apontavam que apenas 3% da população portuguesa empregada se dedicava a atividades do setor primário.

De acordo com Ferrão (2018), “o despovoamento enquanto problema estrutural nasce, assim, como consequência da saturação de um modelo de sociedade rural alicerçada em sistemas agrícolas cuja sobrevivência apenas era possível com base em situações extremas de pobreza e dureza de condições de vida” (pp. 14-15). O autor refere ainda que se começam a fazer sentir os efeitos da modernidade a partir dos anos 50.

Os territórios do interior, marcados pela sua ruralidade, conheceram transformações na sua organização espacial e social, em virtude do envelhecimento populacional, êxodo rural e emigração. O abandono progressivo das atividades tradicionais e práticas que mantinham a paisagem rural condicionaram o seu desenvolvimento e contribuíram para a perda da atratividade. A estes elementos acrescenta-se a fraca oferta de emprego, os níveis críticos de infraestruturas e serviços, a redução da atividade económica e a inevitável perda de potencial capital humano. A sua competitividade desapareceu, o que implicou efeitos negativos nas suas economias.

Por sua vez, e em consequência da evolução económica, da capacidade produtiva e dos investimentos realizados, o litoral tornou-se atrativo, desejado e em vantagem económica, social e demográfica. O reconhecimento de oportunidades impele segmentos da população, como os mais jovens e com formação, a procurar estas áreas mais dinâmicas e atrativas. A sua mobilidade realiza-se seja por movimentos pendulares, seja por migrações ou êxodo rural. Desta forma, emerge o crescimento rápido das principais

idades do litoral e o aparecimento de novos núcleos urbanos, sobretudo à volta das duas grandes metrópoles, gerando um grande desequilíbrio (Ferrão, 2018; Marques, 2003; Santos & Cunha, 2007). Foram criadas as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto de modo a reconhecer e a promover ainda mais a existência de uma relação de interdependência e interação entre as várias cidades de cada área (Lei n.º 46/2008, de 27 de agosto).

De referir que as áreas urbanas continuaram expostas a processos importantes de transformação que se intensificaram após a adesão de Portugal à CEE, em 1986. A execução da política agrícola comum e respetivas orientações conduziram a uma desruralização e desagregação e, conseqüentemente, ao abandono e declínio de muitos territórios rurais (Figueiredo, 2018). Este movimento de fixação e instalação de população, bem como a maior concentração de atividades junto à faixa litoral, é um fenómeno reconhecido como litoralização.

Presentemente, os territórios rurais perduram, demonstrando diversidade na sua organização ou a multifuncionalidade, como refere Figueiredo (2018). Outrora, a ruralidade era marcada pela agricultura enquanto atividade económica dominante e a família camponesa como grupo social de referência (Ferrão, 2000). É visível a reestruturação dos espaços rurais: ultrapassou-se o interesse pelo campesinato e pelas modalidades de agricultura familiar, ou a subordinação ao espaço urbano (Santos & Cunha, 2007). Mas não podemos esquecer que o tecido social rural continua a integrar aqueles que sempre estiveram ligados à terra, aqueles que continuaram nas suas origens e aqueles que retornaram ao seu meio de pertença. No entanto, assume-se um dado novo. Como já foi sublinhado, reconhece-se a multifuncionalidade das unidades agrícolas. Isto significa que podem associar-se a outras atividades na dinamização do tecido económico não agrícola dos territórios rurais (Alves, 2003; Correia, 2006). Esta expressão visa contemplar o dinamismo do setor agrícola e o dinamismo socioeconómico das comunidades. Trata-se do alargamento das suas funções e da coexistência de diferentes possibilidades: o abandono da atividade agrícola, a emergência de novas atividades ou a manutenção da agricultura por via das funções não produtivas (Correia, 2006).

As atividades tradicionais como a agricultura e floresta articulam-se com atividades orientadas para o consumo, recreio e turismo. É possível,

ainda, evidenciar outras funções, como a proteção do ambiente, natureza, preservação das tradições e memórias e do património construído e heranças culturais (Figueiredo, 2018). O espaço rural é encarado como um território renovado, pleno de oportunidades de vida, de negócios, de trabalho, de educação e de cultura, associado a atividades de lazer, turismo e artes e, ainda, como um espaço de promoção de saúde (Covas, 2008). Esta mudança permite compreender que estes territórios são considerados como “idílios consumíveis”, no entendimento de Halfacree (2006, p. 57, como citado em Figueiredo, 2018, p. 40).

Os novos habitantes do espaço rural² ou os seus potenciais utilizadores parecem atraídos por lugares que conservam alguma pureza ecológica e estruturas sociais que proporcionam o retorno a práticas de solidariedade mecânica. De referir que o quadro de vida de que todos podem beneficiar é significativamente diferente, incluindo o acesso a condições urbanas (Figueiredo, 2018). Nos estudos efetuados, Figueiredo (2018) conclui que as representações sociais apresentam duas dimensões. A primeira representa o rural como espaço abandonado pré-moderno, continuando a agricultura como atividade ou setor pobre e marginal e sem ligação ao desenvolvimento. A segunda representação associa o rural a espaço idílico devido, curiosamente, à sua pré-modernidade e, como tal, à referência a noções de tranquilidade, a oportunidades de aprendizagem, ao contato com a natureza, tradições, pureza e potencialidades de desenvolvimento. Concluindo, duas representações, uma negativa e outra positiva, encerrando determinado paradoxo e com duas leituras. Na primeira avança-se com a dominação do modelo de desenvolvimento do mundo urbano: o espaço rural não produtivo transforma-se em ponto de refúgio para os cidadãos (Queirós, 2013). Na perspetiva deste autor, a segunda leitura considera que esta diversificação de funções e dupla representação vem ao encontro dos interesses, quer das populações rurais, quer das populações urbanas.

O registo de dinâmicas diferenciadas no interior não é alheio a um novo quadro compreensivo sobre este território. O paradigma mais recente do desenvolvimento local tem vindo a valorizar o papel do espaço e as caracte-

² Santos e Baltazar (2016) identificam alguns desses movimentos e entidades: os novos rurais, os novos povoadores, entre outros.

rísticas endógenas do território como determinantes para o seu desenvolvimento. É consensual a rutura com perspectivas que se centram no crescimento económico. Os problemas sociais e as necessidades são compreendidos segundo lógicas holísticas, complexas e multidimensionais. O apelo à solidariedade, o seu encaixe na sociedade, a articulação entre as diferentes dimensões (económica, social, ambiental), a mobilização de recursos endógenos, a mobilização das populações e o ensaio de novas formas de democracia mais participada constituem outras características (Amaro, 1990; Amaro et al., 1992; Santos, 1992). Valoriza-se a tomada de decisões das comunidades organizadas enquanto exercício de *empowerment social* (Guerra, 2000). Os sujeitos locais têm capacidades de se reinventar e trabalhar em soluções diferenciadoras para os seus territórios.

O interesse pelo interior enquanto território com necessidades específicas e a preocupação com o seu declínio populacional e envelhecimento é visível no discurso e ação política, no final da década de 80, com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho. Em 2006, os territórios de baixa densidade representavam cerca de metade do território nacional, evidenciando-se um aprofundamento no seu declínio (Baptista, 2006). A emergência deste conceito – os ‘territórios de baixa densidade’ –, o seu desenvolvimento, a definição de indicadores e a tarefa do respetivo mapeamento integraram discussões a vários níveis e com diferentes participantes. Em 2014, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) apresenta um documento com critérios clarificadores relativamente à sua conceptualização. A baixa densidade populacional incorpora níveis críticos de infraestruturas e de serviços, fraco empreendedorismo, défice de investimento endógeno e em atividades inovadoras, fraca oferta de emprego, perda de capital humano, forte emigração e envelhecimento (ANMP, 2014).

Mas o “interior” continuou presente nos documentos e grupos de trabalho oficiais. Foi criada a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de janeiro, com a missão e objetivos definidos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro. O objetivo foi criar, implementar e supervisionar um Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT). Este programa foi elaborado pelas autarquias, comunidades intermunicipais, instituições de ensino superior e outros agentes. Segundo o PNCT e o mapa elaborado pela

Associação Nacional de Municípios, a definição geográfica dos territórios de baixa densidade delimita 165 dos 278 municípios do país. Estes municípios estão distribuídos por 21 das 23 NUT III, com uma área global que perfaz quase 70% do território nacional e uma população total de 2.2 milhões (aproximadamente 20% do total), distribuída por 66.500 km². Desta forma, estão identificados os territórios do interior, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro.

Em 2018, o PNCT foi objeto de avaliação, introduzindo-se diferentes reformulações e incorporando-se vários contributos³. Registou-se uma alteração na sua designação, passando a chamar-se Programa de Valorização do Interior (PVI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro. A revisão do PVI contempla quatro eixos: valorizar os recursos endógenos e a capacidade empresarial do interior; promover a cooperação transfronteiriça para a internacionalização de bens e serviços; captar investimento e fixar pessoas no interior; tornar os territórios do interior mais competitivos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de março).

O projeto ‘Aldeia Sustentável’ – o sentir, o pensar e o agir localmente

Enquadramento geográfico e social do projeto

A revisão da literatura efetuada permitiu identificar argumentos e construir uma abordagem fundamentadora de um projeto de intervenção local e comunitária, num microterritório. Trata-se da freguesia de Vila Franca da Serra, concelho de Gouveia, distrito da Guarda, acrescentando-se a sua integração na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. De recordar que se trata de mais uma entidade na nossa estrutura organizativa administrativa, integrando diferentes municípios. No caso concreto, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial de fins múltiplos e visa a realização de interesses comuns aos municípios que

³ É o caso do “Movimento pelo Interior”.

a integram, regendo-se pela Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que aprovou o Estatuto das Entidades Intermunicipais.

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela corresponde às Unidades Territoriais Estatísticas de Nível III e é composta pelos municípios de Almeida, de Belmonte, de Celorico da Beira, da Covilhã, de Figueira de Castelo Rodrigo, de Fornos de Algodres, do Fundão, da Guarda, de Gouveia, de Manteigas, da Mêda, de Pinhel, do Sabugal, de Seia e de Trancoso, adotando a designação abreviada de CIM-BSE. De acordo com o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), estamos perante municípios (e respetivas freguesias) classificados como territórios de baixa densidade. Os desafios identificados nestes territórios encontram-se espelhados em vários documentos oficiais, como é o caso da *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela 2020* (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, 2015). É referida uma densidade populacional de valor bastante abaixo da média registada na região centro e em Portugal Continental, uma tendência de crescimento do índice de envelhecimento e uma diminuição da taxa bruta de natalidade. São identificados problemas de atratividade populacional e económica (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, 2015).

Os últimos dados demográficos, obtidos nos Censos de 2021, reiteram esta realidade. Fazendo incidir o ângulo de análise no município de Gouveia, é possível verificar a perda sucessiva de população, como é visível no Quadro 1.

Quadro 1. *Evolução de Indicadores Demográficos do Concelho de Gouveia*

	1960	1981	2001	2011	2021
População residente	25.210	19.045	16.122	14.046	12.223
Jovens (%)	27.8	21.1	12.8	10.6	9.1
População em idade ativa (%)	61.2	60.3	59.3	57.1	52.6
Idosos (%)	10.9	18.6	27.9	32.3	38.2
Índice de envelhecimento	39.4	86.4	218.5	304.8	417.7

Fonte: PORDATA (2022).

Entre os períodos de 2001 e 2021, a população residente passou de 16.122 habitantes para 12.223, o que significa um decréscimo de 24.2%.

De acordo com a mesma fonte (PORDATA, 2022), o saldo natural foi negativo (menos 198 sujeitos), contrapondo-se ao resultado positivo do saldo migratório (mais de 171 indivíduos). Este é um dado interessante e revelador do interesse que este e outros territórios do interior têm suscitado junto de ‘povoadores’ de outras latitudes. Outro dado que ressalta da leitura do Quadro 1 é o expressivo índice de envelhecimento, que tem sofrido aumentos ao longo dos Censos, atingindo o valor de 417.7 em 2021. As evidências relativamente à presença dos jovens e da população em idade ativa caminham em sentido contrário, ou seja, há uma contínua redução⁴.

O desenvolvimento do projeto

A tarefa do planeamento e execução de um projeto de inspiração local foi assumida por uma equipa de eleitos e de atores locais com pertença à freguesia de Vila Franca da Serra— o executivo e os elementos da assembleia de freguesia⁵. Estes cidadãos constituíram-se como parceiros numa iniciativa que tem, simultaneamente, como sujeito e objeto o ‘seu’ território. Este pode ser compreendido como ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade (Tizon, 1995) ou encontro de atores sociais, num espaço geográfico determinado, procurando identificar e resolver problemas comuns (Pecqueur, 2000)⁶. Isto significa que associamos espaço, população, ambiente de vida, proximidade social, ação e identidade. Na nossa perspetiva, esta referência permite afirmar que existem coincidências nos conceitos de território e de comunidade.

Outro aspeto a trabalhar prendeu-se com a clarificação de premissas teóricas. Sem hesitações, foram explanadas as seguintes: a recolocação das pessoas no coração da problemática do desenvolvimento; a relação entre comunidade e seus problemas, entre necessidades e capacidades locais; a

⁴ O *Diagnóstico Social* da Rede Social de Gouveia (2019) é um documento clarificador quanto à dimensão demográfica e à caracterização dos diferentes setores.

⁵ A Junta de Freguesia candidatou-se, com o projeto ‘Aldeia Sustentável’, ao apoio financeiro da Câmara Municipal de Gouveia – celebração de contrato-programa, com o correspondente 50% do investimento.

⁶ Sobre a diversidade territorial, cf. Santos e Baltazar (2016).

articulação entre as diferentes dimensões do desenvolvimento. Para além do novo quadro compreensivo do desenvolvimento, a intervenção comunitária é a outra fonte inspiradora deste projeto. Partindo da vontade de mudança, na procura de soluções a problemas concretos, numa lógica de ação coletiva concertada, (ainda) possível numa comunidade envelhecida (Nunes & Hoven, 1996).

Promover a valorização do ‘nosso’ mundo rural, fortalecer os laços entre as gerações/pessoas, combater o abandono/despovoamento e contribuir para a revitalização da economia local foram os objetivos desenhados. No que concerne aos eixos de ação, foram definidos três. O 1.º eixo – memória e tradição – centra-se no levantamento das tradições, usos e costumes populares de espólio local. O 2.º eixo – comunitário e cultural – contempla a recriação de festividades/trabalhos coletivos, a animação comunitária e cultural e mostras gastronómicas. O 3.º eixo – económico – pretende a produção de produtos locais para eventos locais ou para a distribuição geral e a criação de uma bolsa de terras para serem utilizadas por quem não as possui ou não é proprietário, mediante o pagamento de uma renda a estipular.

O início do projeto centrou-se no 2.º eixo, operacionalizado através de quatro atividades, como se pode verificar no Quadro 2. Uma das atividades primordiais são as denominadas feiras francas. A utilização desta terminologia foi simbólica e significativa. À semelhança do passado, a feira pode fomentar o movimento de pessoas e de bens e pode alavancar trocas comerciais de produtos locais, sem pagamento de taxas⁷.

Como se pode observar no Quadro 2, no período compreendido entre 2014 e 2022 foram realizadas 25 feiras francas. De referir que se registaram algumas alterações no respetivo cronograma, como por exemplo a antecipação da feira de setembro para o mês de agosto. Em causa esteve a preocupação com os emigrantes. A observação das mudanças ocorridas nos movimentos e percursos dos emigrantes locais permite concluir que existem novas realidades, como, aliás, é constatado a nível nacional. Verificam-se diferenças no período de férias, no usufruto do seu tempo de lazer e descanso, o que indica alterações nos seus projetos e, inclusive, nos próprios

⁷ É no século XIII que as feiras atingem a sua notoriedade enquanto fatores de crescimento da atividade económica e desenvolvimento das populações. De referir, próxima da nossa realidade, a feira franca de S. Bartolomeu, em Trancoso, instituída por D. Afonso III, em 1273.

países de acolhimento, ao nível do mercado de trabalho e de condições de vida. No entanto, considerou-se que é, ainda, no período de verão, entre os meses de julho e agosto, que a sua presença se faz mais notar.

Quadro 2. *Operacionalização 2.º Eixo (2014-2022)*

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022	Total
Mostra Gastronómica	4	4	4	4	4	4	1	25
Oficinas Tradição	4	4	4	4	4	4	1	25
Atividades de animação sociocultural	4	4	4	4	4	4	1	25
Feiras Francas	4	4	4	4	4	4	1	25

Fonte: Elaboração própria – Projeto ‘Aldeia Sustentável’.

A feira franca tem lugar no largo da freguesia, contando com a presença de vários expositores e feirantes que apresentam características, origens e motivações diferentes. Assim, estão presentes feirantes que têm como modo de vida a venda ambulante e realizam as feiras dos concelhos e localidades próximos, mas é também possível detetar de forma significativa pessoas que abraçam outros trabalhos e profissões, assim como pessoas que se encontram noutras situações, nomeadamente desempregado(a)s e reformado(a)s. Para estes, a participação ativa nas feiras é observada como atividade complementar. Os bens e produtos em exposição e comercializados são de diferente natureza: bens e produtos agrícolas, bens alimentares, antiguidades, artesanato, manualidades, entre outros. De acordo com avaliação já efetuada⁸, cada feira conta, em média, com a presença de 25 expositores e feirantes. Para além da presença individual, constata-se a representação de instituições particulares de solidariedade social, empresas locais, associações e coletividades ou grupos constituídos com determinadas finalidades⁹.

⁸ A avaliação do projeto foi prevista a vários níveis, optando-se por uma autoavaliação, com diversos momentos. A avaliação de acompanhamento/processo permitiu obter dados junto de informantes privilegiados, com recurso a determinados instrumentos (observação, relatórios intercalares) (Guerra, 2000).

⁹ É o caso de escuteiros ou grupos de jovens finalistas (a terminar o 12.º ano e que desejam angariar fundos para a viagem de finalistas).

Considera-se que se trata de concretizar uma forma de colaboração com a equipa organizadora, mas também de divulgação do seu nome e ação. Outro dado a reter é o facto de a Junta de Freguesia não cobrar qualquer montante (taxa) a nenhum feirante ou expositor e se responsabilizar pelas condições necessárias para a sua concretização (ex.: colocação de expositores, fornecimento de luz). Quando questionados sobre os pontos fortes desta iniciativa, feirantes e expositores mencionam este aspeto, mas referem, igualmente, a localização, a possibilidade de negócio e a convivência.

As oficinas tradicionais constituíram uma atividade que se traduz na elaboração de bens/alimentos tradicionais associados a datas específicas. Como exemplos temos o folar da Páscoa, o pão de centeio, o doce de abóbora, os enchidos (farinheiras e morcelas) ou as filhós. Realizam-se no forno comunitário, que continua a ser simbólico na freguesia, uma vez que encerra memórias de modos de vida de outras gerações. A feitura destes produtos implica o envolvimento de freguesas mais velhas, mais experientes e conhecedoras na arte de fazer estes sabores tradicionais e, como tal, pode ser considerada como uma atividade de partilha entre gerações. Os visitantes, mediante inscrição, são convidados a observar e/ou participar ativamente no próprio processo, permitindo a troca de aprendizagens. Os produtos e sabores são comercializados na respetiva feira. Como se pode constatar através do Quadro 2, foram realizadas 25 oficinas tradicionais.

A atividade de animação sociocultural, que, globalmente, pode ser entendida como um conjunto de ações que tendem a oferecer ao indivíduo a possibilidade de se converter no agente do seu próprio desenvolvimento e da sua comunidade, foi orientada para uma dimensão lúdica e recreativa. Foi desenvolvida através da contratação de diferentes grupos ou agentes musicais do próprio concelho, de concelhos vizinhos ou de outros meios mais distantes¹⁰. Os sons, as músicas populares, desempenham um papel importante na animação e convivência comunitária. Se recuarmos até à etimologia da palavra ‘animação’, percebemos que esta quer dizer dar vida, dar ânimo, dar movimento ao que está parado: “animación como anima: vida, sentido, dar espíritu o aliento. Animación como animus: motivación,

¹⁰ Tivemos a atuação da Tuna Académica da Universidade da Beira Interior, uma das instituições de ensino superior que integram a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

movimiento, dinamismo. Etimologicamente, la animación infunde vida, da ímpetu, es un actuar” (Quintas & Castaño, 1998, p. 31).

Quanto à atividade Mostras Gastronómicas, foram realizadas 25, no período em análise. São, sem dúvida, um forte elemento de atração dos visitantes. De realçar a intenção de espelhar as tradições da gastronomia beirã e concretamente da freguesia. A avaliação efetuada permite adiantar que, em média, foram servidas 150 refeições em cada Mostra, tratando-se de um número expressivo. A equipa de trabalho (cozinheiras e grupo de apoio à sala de refeições) é constituída por naturais e residentes da/na freguesia.

A divulgação do projeto ‘Aldeia Sustentável’ é objeto de trabalho, recorrendo a meios mais clássicos como a imprensa local escrita e os folhetos informativos (Figura 1), que são enviados/colocados em diferentes locais, como por exemplo no comércio tradicional. Atualmente, é imprescindível o recurso às novas tecnologias e redes sociais – *site* da Junta de Freguesia, *site* da IPSS local, *site* de associações, *site* do município de Gouveia, *Facebooks* institucionais e/ou individuais.

Figura 1. Folheto de Divulgação do 1.º evento (2014)



Nota: Reprodução com permissão.

A publicação de artigos na imprensa local (*Notícias de Gouveia e Magazine Serrano*) (Figura 2) é considerada um indicador relevante e que pode influenciar, a diferentes níveis: a difusão do nome e do trabalho da freguesia (quer a nível regional/nacional, quer junto da comunidade emigrante da Europa e dos Estados Unidos da América); o aumento do número de visitantes e a sua diversificação no que respeita à proveniência geográfica; o aumento das transações comerciais e o aumento de refeições servidas.

Figura 2. Notícia no Jornal “Notícias de Gouveia”



O Quadro 2 permite verificar que a pandemia teve consequências para o projeto. Durante dois anos (2020 e 2021), por imperativos legais e constrangimentos sociais óbvios, não se concretizaram as atividades previstas. Apesar da convicção de que a vivência dos períodos de isolamento teve contornos diferenciadores nos microterritórios, as suas populações também sentiram receios e adotaram os cuidados necessários e exigidos. A relação estabelecida com os feirantes/expositores e visitantes na primeira feira franca pós-pandemia permitiu obter informações relevantes quanto à sua vontade de voltar à normalidade e, concretamente, quanto ao desejo de continuidade deste projeto e respetivas atividades.

Reflexões finais

Apesar da sua dimensão, Portugal caracteriza-se por fortes assimetrias regionais entre o interior e o litoral. Esta polarização é identificada historicamente, mas não se avista forma de a combater a curto e a médio prazo. Os territórios do interior são considerados vulneráveis ou mesmo regressivos (Marques, 2003), marcados por processos como o envelhecimento da população, o despovoamento, o reduzido capital social, a ausência de equipamentos e serviços, bem como as diminutas oportunidades de emprego. De acordo com Ferrão (2018), é difícil ou mesmo impossível reverter as tendências estruturais de perda demográfica verificadas em muitos espaços rurais, acrescentando-se, agora, os novos riscos, como as alterações climáticas. A tarefa dos poderes públicos e da sociedade é árdua.

O projeto ‘Aldeia Sustentável’ teve origem e concretiza-se numa freguesia do interior do país (CIM-BSE, distrito da Guarda, concelho de Gouveia) e que enfrenta os desafios identificados anteriormente. Aliás, está localizada numa área de baixa densidade, atendendo ao mapeamento efetuado pela ANMP (2014). O delineamento deste projeto foi ‘beber’ ao novo quadro compreensivo sobre o desenvolvimento local, valorizador do papel do espaço e das características endógenas do território, bem como da mobilização das suas populações. Como opina Guerra (2000), as comunidades organizadas conseguem tomar as suas decisões, o que é observado como um exercício de *empowerment social*. Neste caso, foram os eleitos locais (executivo e assembleia de freguesia) a trabalhar em soluções diferenciadoras para o seu território. Com a revolução de 1974, o poder local ganha um papel fulcral no desenvolvimento e na consolidação do processo democrático. Ao longo do tempo, foi conquistando inúmeras competências, em vários domínios, ganhando nova dimensão com a descentralização administrativa que ocorreu em 2018. A discussão em torno deste assunto tem sido muita, mas existe consenso quanto ao reconhecimento de que as autarquias locais – e, aqui, uma nota muito especial para as juntas de freguesia – são a estrutura fundamental para a identificação das necessidades e a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade. Outra discussão será a devida correspondência entre as competências assumidas e a respetiva dotação financeira.

O projeto ‘Aldeia Sustentável’ iniciou com a operacionalização do 2.º eixo – comunitário e cultural –, traduzido na realização de quatro atividades: mostras gastronómicas, feiras francas, oficinas de tradição e animação sociocultural. A análise efetuada permite concluir que tiveram um impacto muito positivo na dinâmica da freguesia. Os indicadores utilizados para a avaliação foram o número de atividades realizadas, o número de feirantes/expositores nas feiras francas, o número de refeições servidas, a visibilidade dada à freguesia através da divulgação/publicitação nos meios de comunicação e o número de visitantes. É possível observar diversificação no tipo de visitantes: os naturais e residentes da/na freguesia; os naturais da freguesia que residem noutros pontos do país; visitantes de outras freguesias do próprio concelho e de concelhos vizinhos. Alguns dos visitantes encontravam-se em equipamentos de turismo existentes na freguesia, o que atesta que também aqui é visível a multifuncionalidade do espaço rural (Correia, 2006; Ferrão, 2018).

Outros aspetos interessantes prendem-se com a influência deste projeto nas dinâmicas de freguesia e de concelho. Por contágio e imbuídas do espírito empreendedor do projeto, foram planeadas outras atividades na freguesia, como é o caso da ceia de Natal, das comemorações do dia do padroeiro e do Dia Internacional da Criança, que passaram a realizar-se com regularidade. A replicação do projeto noutras freguesias, obviamente com outros contornos ou modelos, é reveladora do contributo na dinâmica concelhia.

No que respeita à necessidade de introduzir reformulações, indica-se o trabalho de divulgação. A divulgação do evento pode ser melhorada, mantendo-se a utilização dos meios tradicionais, mas reforçando o recurso às redes sociais. Quanto aos pontos fracos, sinalizam-se as dificuldades de concretizar os outros eixos de ação, principalmente o 3.º eixo. Este eixo, que pretende trabalhar a dimensão económica através da produção de produtos locais para eventos locais ou para distribuição geral e a criação de uma bolsa de terras, é seguramente mais exigente, quer ao nível dos recursos financeiros e dos recursos humanos, quer ainda ao nível dos trâmites da respetiva operacionalização.

Por último, uma referência ao papel dos sujeitos locais, destes fregueses que continuam empenhados neste projeto e que demonstram a capacidade de

trabalhar em soluções diferenciadoras para a sua comunidade. É a imersão na dinâmica territorial e o combate ao fatalismo.

Porque o que mais custa a suportar não é a derrota ou o triunfo, mas o tédio, o fastio, o cansaço, o desencorajamento. Vencer ou ser vencido não é um limite. O limite é estar farto. (Vergílio Ferreira)

Referências bibliográficas

- Amaro, R. (1990). O “puzzle” territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões). *Vértice*, 33, 39-48.
- Almeida, M. A. P. (2002). Ratinho. In C. A. Martins & N. G. Monteiro (Orgs.), *A agricultura: Dicionário das ocupações – Vol. 3: História do trabalho e das ocupações* (pp. 247-252). Celta Editora.
- Alves, A. L. (Coord.). (2003). *O abandono da atividade agrícola*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Amaro, R. R., Henriques, M. C., & Vaz, M. T. (1992). *Iniciativas de desenvolvimento local: Caracterização de alguns exemplos*. ISCTE.
- Associação Nacional de Municípios Portugueses. (2014). *Municípios de baixa densidade*. ANMP.
- Baptista, F. O. (1996). Declínio de um tempo longo. In J. Pais de Brito, F. O. Baptista, & B. Pereira (Coords.), *O voo do arado* (pp. 35-75). Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.
- Baptista, F. O. (2006). O rural depois da agricultura. In M. L. Fonseca (Coord.), *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer* (pp. 85-105). Centro de Estudos Geográficos.
- Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. (2015). *Estratégia integrada de desenvolvimento intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela 2020*. https://cim-bse.pt/wp-content/uploads/2016/05/EIDT_CIM-BSE_14Jan15_VL.pdf
- Correia, T. P. (Coord.). (2006). *Estudo sobre o abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural. Tipologia de áreas rurais*. Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora.
- Covas, A. (2008). *Ruralidades III – Temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pós-convencional*. Universidade do Algarve.

- Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho. Diário da República, 1.ª Série, n.º 149/1989. <https://files.dre.pt/1s/1989/07/14900/25782591.pdf>
- Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de janeiro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 246/2015. <https://files.dre.pt/1s/2015/12/24601/0000200011.pdf>
- Ferrão, J. (2000). Relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=87>
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: Entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. *Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, 13-19. https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_11/revista-CULTIVAR-11.pdf
- Figueiredo, E. (2018). Entre o abandono e o idílio – Representações sociais dos territórios rurais em Portugal. *Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, 39-48. https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_11/revista-CULTIVAR-11.pdf
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação – O planeamento em Ciências Sociais*. Principia.
- Lei n.º 46/2008, de 27 de agosto. Diário da República, 1.ª Série, n.º 165/2008. <https://files.dre.pt/1s/2008/08/16500/0601206017.pdf>
- Lei n.º 75/2013, de 12 setembro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 176/2013. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/75-2013-500023>
- Marques, T. S. (2003). Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, XIX, 507-521. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/326.pdf>
- Maurício, C.S. (2018). Projeto Aldeia Sustentável: uma experiência de resistência, afetos e participação. Livro de Atas da VII da Conferência Internacional Investigação Práticas em Contextos de Educação. ESECS. https://sites.ipleiria.pt/ipce2018/files/2018/09/IPCE2018_AF.pdf
- Nunes, H., & Hoven, R. (Orgs.). (1996). *Desenvolvimento local e ação local*. Fim de Século.
- Pecqueur, B. (2000). Qualité et développement – L’hypothèse du panier des biens. In *Symposium sur développement regional*. INTRA-DADP.
- PORDATA (2022). *Conheça o seu município*. PORDATA. <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Queirós, J. (2013). Ainda sempre uma “classe-objeto”? Breve reflexão sobre o papel consignado às populações locais pelas políticas de promoção da “mul-

- tifuncionalidade” dos territórios rurais. *Configurações*, 11, 11-23. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1689>
- Quintas, S., & Castaño, M. (1998). *Animación sociocultural – Nuevos enfoques* (3.ª ed.). Amarú Ediciones.
- Rede Social de Gouveia. (2019). *Diagnóstico social de Gouveia*. <http://www.cm-gouveia.pt/wp-content/uploads/2019/03/Diagn%C3%B3stico-Social-Gouveia-Rede-Social-atualiza%C3%A7%C3%A3o-2019-2022.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 172/2018. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/116-2018-116341225>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de março. Diário da República, 1.ª Série, n.º 62/2020. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/18-2020-130776793>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 15/2016. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/3-2016-73268683>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 226/2016. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/72-2016-75796596>
- Santos, B. S. (1992). *Portugal: Um retrato singular*. Edições Afrontamento.
- Santos, M., & Baltazar, M. S. (2016). Os territórios do território português: Caracterização e perspetivas para territórios de baixa densidade no horizonte 2030. In *Atas do IX Congresso Português de Sociologia – “Portugal, território de territórios”* (pp. 1-15). Universidade do Algarve. https://associacaoportuguesa-sociologia.pt/ix_congresso/docs/final/COM0650.pdf
- Santos, N., & Cunha, L. (2007). *Novas oportunidades para o espaço rural*. Comunicação apresentada no VI Congresso de Geografia Portuguesa – “Pensar e intervir no território: Uma geografia para o desenvolvimento”, Universidade Nova de Lisboa, 17 a 20 de outubro de 2007.
- Tizon, P. (1995). Le territoire au quotidien. In G. Di Meo (Dir.), *Les territoires du quotidien*. L’Harmattan.

A ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA NO RESGASTE DA IDENTIDADE: INCLUSÃO SOCIAL EM CONTEXTOS GERONTOLÓGICOS

Jenny Sousa

(ESECS, CICS.NOVA, CI&DEI, Politécnico de Leiria)

Resumo: Ancorado em estudos e reflexões de diversos autores, tentar-se-á neste trabalho tecer uma análise reflexiva em torno da importância da animação comunitária na promoção da (re)construção identitária das pessoas idosas que se encontram institucionalizadas a título permanente em estruturas residenciais. O exercício consistirá em refletir e colocar em relação algumas ideias consideradas basilares neste debate. Assim, e num primeiro momento, será discutida a questão da perda de identidade, que é originada aquando da institucionalização, prosseguindo, de seguida, para a exploração do tema da morte social, que acontece com frequência nas instituições desta natureza. Posteriormente, avança-se no raciocínio e debate-se o papel da animação comunitária na (re)construção do *self* dos sujeitos institucionalizados, abordando com particular interesse as atividades socioculturais e o papel que estas podem deter enquanto metodologia privilegiada de promoção da adaptação, do sentimento de controlo, do bem-estar e da qualidade de vida.

Palavras-chave: Animação comunitária; Inclusão social; Contextos gerontológicos

“Fácil nunca é!”: Institucionalização e procura de identidade

Embora hoje já exista uma grande sensibilidade dos profissionais que trabalham em estruturas residenciais para pessoas idosas para respeitar a individualidade de cada pessoa que passa a integrar a título permanente a instituição, a verdade é que a mudança definitiva do local onde se habita provoca um conjunto de profundas alterações nos indivíduos, associadas, na maior parte das situações, a sentimentos mais negativos. Na verdade, a mudança permanente para uma estrutura residencial é um dos aspetos mais traumáticos da velhice, porque implica rutura e descontinuidade de experiências, com amplas repercussões na própria identidade da pessoa idosa.

Assim sendo, a institucionalização acaba por ser um dos maiores fatores de *stress* na vida do indivíduo (Afonso, 2012) porque, frequentemente, implica perdas emocionais profundas, que podem passar pela perda de contacto com as pessoas que são significativas ou pela perda de papéis sociais, elementos-chave da identidade e na construção do *self*. Por tudo isto, a institucionalização é aquilo a que a literatura científica chama de “situação crónica *stressante*” (Afonso, 2012), pois causa um *stress* intenso na vida das pessoas, mesmo quando a institucionalização aparenta ser a melhor opção.

Os motivos para a institucionalização podem ser vários e de naturezas distintas: pode estar relacionada com a degradação e a vulnerabilidade das habitações, uma desadaptação das condições das casas às necessidades das pessoas; pode também estar associada às condições de saúde débeis e à necessidade de apoio na rotina diária; ou, até, à perda de pessoas emocionalmente significativas, como é o caso de perda de cônjuge (Lima, 2012; Paúl, 2006). Assim, mesmo quando a institucionalização aparenta ser a melhor opção, atendendo aos problemas apresentados pela pessoa idosa, este processo não é isento de um grande sofrimento: “os rituais de internamento constituem marcos angustiantes de perda. Neste momento, o idoso despoja-se da quase totalidade dos seus papéis” (Santos & Encarnação, 1998).

Neste processo, a questão “quem sou eu agora?” adquire ainda maior relevância. Explica-nos a literatura científica (Afonso, 2012; Lima, 2012) que a identidade se constrói num *continuum* individual-social, isto é, na defluência entre os aspetos pessoais e os aspetos sociais, uma vez que o que está em causa na identidade de uma pessoa não é tanto a permanência

e a monotonia de atributos, mas antes a referência a si ao longo do tempo. Neste sentido, e tal como explica Giddens (2000), a autoidentidade é, acima de tudo, a manutenção de narrativas biográficas coerentes, ainda que continuamente revistas. Quando surge um acontecimento *stressante*, como a institucionalização a título permanente, que implica a perda de papéis sociais e uma nova reorganização da práxis quotidiana, a pessoa idosa vê-se perante um novo quadro existencial, onde a sua identidade necessita de ser reconstruída.

Para além disso, é comum a entrada na estrutura residencial coincidir com o declínio físico ou mental da pessoa, o que pode dar origem a dificuldades na adaptação a uma nova realidade. Embora se perceba que os efeitos dos declínios possam ter consequências profundas, designadamente ao nível do isolamento social e na dificuldade de reconstrução identitária, a verdade que é que estes não têm de ser devastadores, podendo existir familiarização e ambientação ao novo espaço. Conforme explica António Simões (2006), as alterações biológicas e as perdas, de um modo geral, não são tão graves que impossibilitem o sujeito idoso de se relacionar com os outros.

Todavia, se a pessoa idosa não for devidamente acompanhada e integrada na instituição, e envolvida em diferentes dinâmicas que auxiliem na reelaboração da identidade, o isolamento social acaba por prevalecer, com reflexos profundos na autoestima, na autoidentidade e na capacidade de se relacionar com os outros, entrando naquilo a que se pode denominar como “morte social”.

Morte social: quando se perde a relação consigo mesmo e com os outros

A morte é um fenómeno complexo, intimamente relacionado com padrões culturais, que apresenta um carácter indiscutivelmente cultural e social. Com esta ideia, percebe-se que nos movemos num conceito de morte que vai para além da perspetiva biológica (Kovács, 2008), tomando a componente social um papel de destaque. Assim, e na linha da reflexão iniciada no ponto anterior, faz sentido trazer à liça o conceito de “morte social”.

Morte social diz respeito à extinção da pessoa na memória da comunidade, do seu grupo de pertença; é o fenómeno em que o indivíduo é

considerado morto pela sociedade, independentemente do seu estado vital (O'Neill, 1991). Na base deste conceito estão dois elementos estruturantes: o social e o cultural. Ora, a morte social está exatamente no sentido oposto da morte física porque “não há um terminar abrupto de vida, nem putrefação, nem ritualização, nem espiritualização. Há simplesmente um esquecimento” (O'Neill, 1991, p. 194). Portanto, este conceito tem como principal linha de força a ideia de que existe morte social quando uma pessoa não pertence a nenhum grupo, ou deixa de pertencer a um determinado grupo e é, por esse grupo, esquecida. Conforme explicam Roseney Bellato e Emília Carvalho (2005), “o ser humano sempre teve, efetivamente, dois tipos de morte: uma biológica, que representa o fim do organismo humano, e uma morte social, que representa o fim da identidade social do indivíduo” (p. 101).

Admite-se, sem reservas, que a morte social está intimamente relacionada com a morte física por tudo o que é evidente; contudo, a morte social também está ligada às fases da vida, às perdas, às mudanças de papéis, à passagem do tempo e, nas várias arenas existenciais, à forma como o ser humano se relaciona consigo próprio e com os outros, isto é, à sua forma de estar no mundo.

A morte social sobrevém quando o indivíduo já não é considerado, nem tratado, como uma pessoa, mas antes como alguém que foi uma pessoa, quando estava plenamente viva. A noção de morte social espelha a percepção que uma determinada comunidade detém da memória enquanto manifestação da vida plena e complexifica a relação vida/morte, provando que os conceitos e as realidades são dinâmicos, pois estão imersos em espaços e em tempos existenciais e culturais.

Ainda nesta linha de reflexão, a *Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer*, de Howarth e Leaman (2004), explica que a morte social acontece antes da biológica, quando as pessoas são excluídas da sociedade. E, para ilustrar, apresenta o seguinte exemplo, típico da sociedade contemporânea:

a institucionalização dos cuidados para com os (...) idosos provoca o seu afastamento dos familiares; de igual modo, a circunstância da sua morte estar iminente, bem como o seu afastamento e separação física (...) criam condições para que a morte social possa ocorrer mesmo quando estão vivos biologicamente. (p. 371)

Se é certo que qualquer indivíduo pode morrer socialmente antes de morrer biologicamente, verdade seja dita que este aspeto é particularmente válido para as pessoas idosas, sobretudo as institucionalizadas. Tendo o devido cuidado para evitar generalizações, a verdade é que as instituições residenciais de apoio às pessoas idosas são, por norma, não só locais de enquadramento cultural da morte, mas, também, antecâmaras da morte biológica e lugares de morte social.

As ideias levantadas até ao momento tiveram como objetivo provocar reflexões relativamente ao papel que as instituições que trabalham com estes públicos devem desempenhar nesta matéria e sobre as práticas que poderão desenvolver para possibilitar aos seus residentes, que se encontram muitas vezes em condição de morte social, a superação das perdas sofridas, novas abordagens de compreensão de si próprios, de vivência do presente e de (re)construção identitária.

Com efeito, estes espaços residenciais podem ser espaços de construção e evolução se oferecerem um ambiente familiar e facilitador de estratégias de desenvolvimento pessoal e social, onde as pessoas idosas possam experimentar um conjunto de respostas adaptativas, descobrindo e realizando as suas próprias possibilidades (Afonso, 2012). Estas estratégias são capazes de funcionar como poderosos mecanismos de adaptação, uma vez que se revelam fundamentais para as pessoas manterem um sentido de autoeficácia e controlo sobre a sua vida, reavivando a ligação consigo próprias e com os outros. Mas, para que as pessoas idosas institucionalizadas acionem este processo, é preciso que lhes seja dada a liberdade necessária e que sejam criadas todas as condições que permitam o acesso a oportunidades de participação efetiva (Sousa, 2015).

Na verdade, a perceção de controlo em relação à própria vida e ao meio institucional tem uma importância vital para as pessoas que se encontram institucionalizadas, com repercussões profundas no seu bem-estar. Importa salientar que o controlo está estreitamente relacionado com a capacidade de adaptação, o que significa que tem influência direta nos comportamentos de resiliência e de *coping*, sendo que as estratégias de *coping* moderam a influência do *stress* no indivíduo e influenciam profundamente a sua capacidade de resiliência (Afonso, 2012). A perceção que os sujeitos têm acerca do poder que podem exercer sobre a sua vida é muito importante na forma

como lidam com as perdas e nas escolhas que fazem das estratégias de compensação. O controlo assume-se, portanto, enquanto matéria central nas estratégias de *coping*, revelando-se essencial para uma boa qualidade de vida na velhice, sendo a sua ausência motivo de declínio cognitivo e funcional.

Neste particular, a promoção de relações com a comunidade externa, assente numa lógica de criação ou manutenção de laços com pessoas e instituições, parece ser um campo fértil para a promoção do sentimento de controlo, de criação de estratégias de *coping* e, conseqüentemente, de combate ao fenómeno da morte social. Melhor explicando, ao reatar ligações com pessoas, com espaços e contextos vivenciais comunitários, as pessoas idosas que se encontram em regime de institucionalização a título permanente experimentam o sentimento de controlo, aspeto intimamente relacionado com a sua capacidade de adaptação e de reconstrução da identidade.

O papel da animação comunitária na (re)construção do *self*

O trabalho que aqui se apresenta tem como eixo estruturador o seguinte paradigma metateórico: coconstrutivismo biocultural desenvolvimental. Isto significa que as linhas de força que estão subjacentes a esta reflexão assentam no pressuposto de que o cérebro e a cultura estão interruptamente em transação de forma coprodutiva. De um modo mais concreto, parte-se da tese de que existe desenvolvimento na vida adulta idosa e que este desenvolvimento subentende adaptação – capacidade de relevância crucial no modo de reagir às mudanças –, sendo esta amplamente marcada pelo contexto social e cultural (Paúl, 2006).

Com efeito, os acontecimentos que originam grandes perdas não têm, forçosamente, de ter um final de entropia, podendo o indivíduo adaptar-se e continuar no processo de desenvolvimento. No que se refere, particularmente, aos espaços institucionais, se os profissionais estiverem atentos conseguem potencializar práticas que fomentem a adaptação e que contrariem situações de dependência, de uniformização e de objetivação.

Neste contexto específico, salienta-se a importância da promoção da ligação à comunidade externa à instituição. Na realidade, as relações com o exterior podem constituir-se, para as pessoas idosas, como importantes

formas de auxílio na superação das perdas sofridas e de promoção de novas abordagens de compreensão de si próprias, de vivência do presente e de (re)construção do tempo que é oferecido pela vida. Em bom rigor, se o meio cultural e social oferecer as condições para que a pessoa idosa possa desenvolver-se, consoante as suas capacidades, interesses e necessidades próprias e específicas, apesar de todos os problemas e dificuldades, há a possibilidade de desenvolvimento e de um efeito de crescimento e maturidade (Sousa, 2019).

São vários os organismos nacionais e internacionais que comungam desta posição. Tal como se explica no *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*, da autoria da Organização Mundial da Saúde (2015), os ambientes onde as pessoas mais velhas vivem são determinantes para trajetórias positivas de envelhecimento, em que a participação social assume especial relevância. O local onde se vive e as relações existentes com a vizinhança e com a comunidade local afetam diretamente a saúde e o bem-estar do indivíduo – em suma, a relação consigo próprio (Sousa, 2019).

A combinação de indivíduo e o seu ambiente, e a relação que entre eles se cria, nomeadamente através da participação em atividades socioculturais, é fundamental para que aquele se sinta incluído socialmente. E esta inclusão manifesta-se, com grande vigor, nos novos significados que a pessoa idosa atribui a si mesma e à sua vida, influenciando, diretamente, no sentimento de controlo, isto é, na perceção do poder que os indivíduos detêm sobre a sua vida, e, inclusivamente, nas escolhas que podem fazer em termos de desenvolvimento de estratégias de compensação.

Tem sido estudado, a partir de vários olhares e cunhagens explicativas, que a ligação à comunidade de pertença, bem como à família, e as relações sociais que se estabelecem são fundamentais na forma como se envelhece (Fonseca, 2018; Paúl, 2006; Sousa, 2015, 2021), por afetarem diretamente a qualidade de vida. Para além disso, a representação que a pessoa tem da sua qualidade de vida está diretamente relacionada com a sua participação social e cultural e com a perceção que tem de si enquanto agente nesses contextos.

Especialmente nos casos em que as pessoas se encontram institucionalizadas, a inclusão social está muito associada à participação social, cultural e cívica, não só dentro do espaço habitacional, mas, também, no exterior. Esse protagonismo social concretiza-se na relação com a comunidade externa

envolvente, numa perspetiva de utilização de capacidades e de potencialidades que permitam às pessoas idosas sentirem-se ativas (Sousa, 2021). A integração sociocultural é, pois, “essencial para as pessoas idosas, proporcionando-lhes recursos emocionais e práticos, participação ativa e maior autoestima” (Direção-Geral da Saúde [DGS], 2017, p. 26).

Por isso, é muito importante que os adultos mais velhos continuem a sentir-se parte das diversas instituições comunitárias, designadamente as culturais (DGS, 2017). Nesse sentido, deve-se apostar na criação de ambientes potenciadores da integração e da participação, pois a

participação em atividades de lazer, sociais, culturais e espirituais realizadas no âmbito da comunidade e da família permite aos idosos continuar a exercer as suas competências, a ser objeto de respeito e estima e a manter ou estabelecer relações de apoio e de afeto. (Organização Mundial da Saúde, 2015, p. 38)

Falamos, pois, de inclusão social numa ótica de proteção dos que são mais vulneráveis e de promoção da sua inclusão e integração em todos os aspetos da vida da comunidade. Nessa equação são extremamente importantes as relações afetivas gratificantes e a criação de relacionamentos satisfatórios que conduzam ao aumento do bem-estar emocional, afastando as pessoas do sentimento de morte social (Sousa, 2021), conceito anteriormente discutido.

Sabe-se que o comportamento humano decorre da relação entre as características individuais e os fatores situacionais, e as instituições devem ter em atenção a promoção de práticas de igualdade de oportunidades, favorecendo a integração e a inclusão de todos os residentes. Falar de inclusão social neste contexto implica o direito à igualdade, à não discriminação, diminuindo eventuais condições de desvantagem que uns possam ter em relação ao resto do grupo. Na verdade, a inclusão é, aqui, assumida enquanto conceito abrangente, que se refere à participação nos diversos aspetos da vida em sociedade.

Assim, a partir dos determinantes do envelhecimento ativo, onde a inclusão social detém um grande papel, é requerida às estruturas residenciais uma abordagem holística e integrada, na sua conceção, organização e prestação de serviços:

É fundamental que a estrutura residencial se constitua como um contexto humanizado, personalizado e que tenha em conta as efectivas necessidades específicas de cada situação, tendo sempre como horizonte que os clientes são o centro de toda a actuação e que o meio familiar e social de um indivíduo é parte integrante das suas vivências, devendo continuar a ser particularmente considerado no apoio às pessoas com mais idade, de acordo com os seus desejos e interesses. Assim o exige a perspectiva do respeito e promoção dos seus direitos humanos. (Instituto da Segurança Social, s.d., p. 2)

Conforme se defende neste documento do Instituto da Segurança Social (*Estrutura Residencial para Idosos. Manual de Processos-Chave*, s.d.), ao falar da ligação à comunidade externa à instituição e da promoção da inclusão social, está-se, inclusivamente, a trabalhar no âmbito do respeito pelos direitos humanos. E, neste campo, reitera-se a ideia já apresentada anteriormente: a ligação à comunidade encontra nas atividades socioculturais ferramentas privilegiadas. Com efeito, vários estudos (Fonseca, 2018; Paúl, 2006; Sousa, 2015, 2019, 2021) têm revelado que as atividades socioculturais realizadas com pessoas externas à instituição, designadamente em instituições de naturezas distintas, são fundamentais para as pessoas idosas institucionalizadas encontrarem os utensílios e as estratégias essenciais para criarem espaços de participação e de cidadania, ou seja, de (re)construção identitária. Esses são os desafios das Estruturas Residenciais do século XXI: criar ambientes físicos e sociais potenciadores da integração, da proteção e da inclusão das pessoas idosas, assentes num género de intervenção que reforce as estratégias suportivas; ambientes que permitam uma abertura à esfera social e que promovam relacionamentos interpessoais que possibilitem o reencontro da pessoa idosa com o outro e consigo própria.

Nesta área, a animação sociocultural e o trabalho desenvolvido pelos técnicos de animação são fundamentais. Assim, impõe-se com grande vigor um trabalho de animação comunitária cuja abordagem se encontre muito relacionada com o recurso à comunidade enquanto terreno preferencial de construção de processos de emancipação e de *empowerment*. Enquanto metodologia participativa, deve assentar na ação organizada e no papel ativo do cidadão, tendo como espaços privilegiados de atuação as instituições comunitárias.

Deste modo, estudar a intervenção social e a promoção da participação e da inclusão no âmbito da animação comunitária implica compreender dois eixos de análise e construção: o tecido social comunitário e a participação comunitária (Sousa, 2021). Portanto, a animação comunitária tem como pilar basilar a comunidade e o respeito pelas garantias coletivas e pela individualidade dos cidadãos. Por isso é que as atividades de animação têm de ser pensadas pelo profissional desde uma perspectiva holística da pessoa idosa, tendo como linhas de força os gostos e as competências dos indivíduos e, paralelamente, junto com a comunidade, a preocupação em proporcionar a elaboração de novos gostos, através do contacto com atividades familiares, mas, também, inovadoras, criadoras e significativas, que façam sobressair conhecimentos e competências, aumentando, destarte, a autoestima, a autonomia e o sentido de controlo.

O eixo central da intervenção consiste no reconhecimento da unicidade das histórias de vida, dos interesses e das necessidades de cada pessoa institucionalizada, aceitando e valorizando potencialidades e competências, mas, também, respeitando limitações e fragilidades (Sousa, 2015). A animação comunitária está, desde a sua génese e emergência, profundamente imbricada com as questões dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, e a sua ação situa-se em áreas de intervenção bastante heterogéneas, onde confluem numerosas dimensões políticas e sociais, sendo o desenvolvimento pessoal e comunitário os principais princípios orientadores.

Seguindo nesta linha de pensamento, a animação comunitária, através da implementação de projetos comunitários, promove a (re)construção das trajetórias sociais e individuais dos cidadãos, numa lógica de utilização de uma metodologia do cuidado e de uma intervenção integrada e integradora, uma vez que as práticas de animação comunitária não situam o indivíduo numa dimensão exclusivamente individual, na medida em que têm em linha de conta as dimensões sociais e culturais. Assim, e tal como explica António Fonseca (2018), “a conceção de programas e projetos que estimulem um envelhecimento verdadeiramente participativo na vida das comunidades se afigura importante para maximizar a funcionalidade de muitas pessoas idosas” (p. 8).

Neste sentido, e sintetizando as ideias levantadas até ao momento, a animação comunitária tem um papel de destaque no quotidiano das estruturas

residenciais para idosos para que estas instituições não sejam antecâmaras da morte e locais de morte social. Ao promover a inclusão social e a participação sociocultural dos residentes, numa lógica de (re)construção identitária, a ligação com a comunidade emerge como um instrumento privilegiado na preservação de sentimentos de segurança e familiaridade, que permitem que as pessoas idosas possam encontrar funções úteis e socialmente relevantes e reconhecidas, trazendo associado o sentimento de recompensa emocional e de bem-estar.

Só porque se encontram institucionalizadas, tal não significa que estas pessoas devam ficar à margem da sua comunidade, e os projetos de animação comunitária destacam-se enquanto metodologias preferenciais na promoção de participação social e cidadania ativa. Para isso, as estruturas residenciais devem ter em conta as necessidades reais e específicas de cada residente, humanizando a sua ação, tendo sempre como pano de fundo a preocupação com a criação de condições para que o indivíduo possa participar ativamente no meio social e na comunidade envolvente.

Conclusões

À luz do exposto ao longo do texto, a capacidade de adaptação é um aspeto muito importante no bem-estar das pessoas idosas institucionalizadas. Esta ação acontece na relação com os outros e com as instituições, num processo intersubjetivo e relacional, onde as atividades socioculturais, transformadas em experiências de (re)construção identitária, emergem como fatores decisivos no desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Subjacente a esta ideia está o sentimento de controlo, ou seja, a perceção que os indivíduos têm acerca do poder que podem exercer sobre a sua vida e que influencia diretamente as estratégias de *coping* e de compensação utilizadas (Afonso, 2012; Paúl, 2006).

Assim sendo, as estruturas residenciais têm a capacidade de potenciar ou de reprimir as condições pessoais e socioculturais dos sujeitos, influenciando a forma como estes percecionam o controlo da sua vida e desenvolvem ferramentas de adaptação (Lima, 2012; Santos & Encarnação, 1998). Por isso, é importante que a animação comunitária detenha um papel de relevo

nas instituições, possibilitando aos seus residentes o acesso a atividades socioculturais e a ligação à comunidade externa, numa lógica de desenvolvimento de ferramentas de verdadeira participação (Fonseca, 2018; Sousa, 2019). Acima de tudo, a animação comunitária preocupa-se em proporcionar práticas de autonomia e não de dependência, tendo como pano de fundo as temáticas estruturais do quotidiano da pessoa idosa, aproximando-as dos moldes que são usuais num domicílio familiar. Neste quadro, também é fundamental o contacto com as redes de convivência social habituais, designadamente as familiares, tal como, a criação de outras ligações e sociabilidades que sejam, igualmente, significativas (Sousa, 2015).

Em síntese, a animação comunitária, nomeadamente através do desenvolvimento de projetos comunitários, detém um papel importante na promoção do sentimento de bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas residentes em instituições gerontológicas porque aumenta o potencial adaptativo e a capacidade de (re)construção de trajetórias individuais e sociais.

Referências bibliográficas

- Afonso, M. (2012). *Stress, coping e resiliência em pessoas idosas*. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de gerontologia: Aspectos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 163-175). Lidel.
- Bellato, R., & Carvalho, E. C. (2005). O jogo existencial e a ritualização da morte. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13(1), 99-104. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000100016>
- Direção-Geral da Saúde. (2017). *Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025*. <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>
- Fonseca, A. M. (Org.). (2018). *Boas práticas de ageing in place. Divulgar para valorizar. Guia de boas práticas*. Fundação Calouste Gulbenkian / Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2018/05/15122919/ageing_in_place_web.pdf
- Giddens, A. (2000). *As consequências da modernidade*. Celta Editora.
- Howarth, G., & Leaman, O. (2004). *Enciclopédia da morte e da arte de morrer*. Quimera.

- Instituto da Segurança Social. (s.d.). *Estrutura residencial para idosos. Manual de processos-chave*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13652/gqrs_lar_estrutura_residencial_idosos_Processos-Chave/1378f584-8070-42cc-ab8d-9fc9ec9095e4
- Kovács, M. J. (2008). Desenvolvimento da tanatologia: Estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*, 18(41), 457-468. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300004>
- Lima, M. (2012). A ‘arquitetura incompleta’: Da personalidade na velhice. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 129-138). Lidel.
- O’Neill, B. J. (1991). Morte social e linhas de família numa aldeia nortenha, 1870-1990. In A. M. Coelho (Coord.), *Atitudes perante a morte* (pp. 175-203). Livraria Minerva.
- Organização Mundial da Saúde. (2015). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf;jsessionid=A9AE9E24987B59C61CAED0FC8B76892C?sequence=6
- Paúl, C. (2006). Psicologia do envelhecimento. In H. Firmino (Ed.), *Psicogeriatría* (pp. 43-46). Psiquiatria Clínica.
- Santos, F., & Encarnação, F. (1998). *Modernidade e gestão da velhice*. Centro Regional da Segurança Social do Algarve.
- Simões, A. (2006). *A nova velhice – Um novo público a educar*. Âmbar.
- Sousa, J. (2015). *Intervenção na velhice contemporânea: Um estudo sobre a adaptação à perda emocional profunda*. Instituto Politécnico de Leiria.
- Sousa, J. (2019). Participação sociocultural, ócio, acessibilidade e envelhecimento ativo no contexto de idosos institucionalizados. *Revista Subjetividades*, 19(2), 1-14. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i2.e9237>
- Sousa, J. (2021). Atividades socioculturais como interface de bem-estar emocional e de prevenção da transmissão da Covid-19 em estruturas residenciais para pessoas idosas. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 25(Supl. 1), e200576. <https://doi.org/10.1590/interface.200576>